



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS DE NÍVEL MÉDIO – EDITAL
Nº 01/2010 – CRBM-4**

PROVA OBJETIVA

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo de opção e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO-RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que o fiscal registre na Ata de Sala a devida correção.
2. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 40 (quarenta) questões envolvendo cinco questões referentes ao conteúdo de Língua Portuguesa, cinco questões referentes ao conteúdo de Noções de Direito Administrativo, cinco questões referentes ao conteúdo de Conhecimentos Gerais e vinte e cinco questões referentes ao conteúdo de Conhecimentos Específicos. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. Esta prova terá duração de 03 (três horas) horas, tendo seu início às 9:00h e término às 12:00h (horário local).
3. Cada questão objetiva apresenta 04 (quatro) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C) e (D). Apenas uma responde adequadamente à questão, considerando a numeração de 01 a 40.
4. É proibido o uso de textos legais ou quaisquer anotações durante a realização da Prova.
5. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO-RESPOSTA do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
6. A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois marcação a lápis não será considerada. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO-RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO-RESPOSTA.
7. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO-RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
8. O CARTÃO-RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
9. O candidato deverá devolver no final da prova, o BOLETIM DE QUESTÕES e o CARTÃO-RESPOSTA, recebidos.
10. Será automaticamente eliminado do concurso público, o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2010.



QUESTÕES REFERENTES AO CONTEÚDO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Leia as estrofes extraídas do poema “Profundamente”, de Manuel Bandeira.
“Quando eu tinha seis anos
Não pude ver o fim da festa de São João
Porque adormeci.
.....
.....
Hoje não ouço mais as vozes daquele tempo
Minha avó
Meu avô
Totônio Rodrigues
Tomásia
Rosa
Onde estão todos eles?
- Estão todos dormindo.
Estão todos deitados.
Dormindo
Profundamente.”

Com relação ao texto acima resolva as questões de 1 a 2.

1. Assinale a alternativa correta de acordo com o texto:

- (A) O poeta chegou e não encontrou a família e os amigos.
- (B) Os familiares e amigos do poeta não faziam mais a festa de São João.
- (C) O poeta esteve desmemoriado e, repentinamente, acordou e recuperou a memória.
- (D) O poeta, já adulto, faz uma correlação entre o passado e o presente em sua vida.

2. Ainda no poema acima as formas verbais **adormeci** e **dormindo** significam, dentro do contexto, respectivamente:

- (A) Dormir devagar; dormir deitado.
- (B) Dormir normalmente; estar em coma.
- (C) Dormir suavemente; estar morto.
- (D) Cochilar suavemente; dormir normalmente.



3. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas no período: Se ao menos ela _____ a _____ que ia dar! _____ não pensou e também não _____ na briga.

- (A) prevesse, confusão, Mas, interveio.
- (B) Previsse, confusão, Mas, interveio.
- (C) Prevesse, confusão, Mais, interviu.
- (D) Previsse, confusão, Mais, interveio.

4. Identifique e assinale a alternativa em que há **erro** de concordância nominal.

- (A) Ela está meio cansada, haja vista o trabalho intenso.
- (B) Encontrei ocupada a sala e os quartos.
- (C) A senhora elegante comprou baratas aquelas bolsas.
- (D) As donas mesmas atendem na loja de roupas.

5. Em uma das frases o verbo HAVER está empregado na forma impessoal. Identifique-a.

- (A) A ré havia declarado sua inocência.
- (B) Eles se houveram muito bem na prova.
- (C) Os assassinos haverão de pagar pelo crime.
- (D) Eles compraram a casa há dez anos.

QUESTÕES REFERENTES AO CONTEÚDO DE NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

6. Estão expressamente previstos na Constituição Federal, dentre outros, os seguintes princípios fundamentais da Administração Pública:

- (A) Impessoalidade e a eficiência.
- (B) Eficiência e a pessoalidade.
- (C) Legalidade e a improbidade.
- (D) Publicidade e a pessoalidade.



7. As autarquias fazem parte:

- (A) do setor privado da administração;
- (B) da administração pública indireta.
- (C) da administração direta.
- (D) da administração pública centralizada.

8. Dentre as entidades da Administração Pública Indireta, qual possui personalidade jurídica de direito público:

- (A) Sociedades de economia mista.
- (B) Empresas públicas.
- (C) Autarquias.
- (D) Serviços sociais autônomos.

9. Sobre ato administrativo, marque a opção errada:

- (A) Segundo a maioria dos doutrinadores são elementos do ato administrativo: sujeito competente, forma, motivo, objeto e finalidade.
- (B) O elemento motivo representa as razões que justificam a edição do ato.
- (C) A revogação do ato administrativo opera efeito "*ex tunc*".
- (D) O ato discricionário, com vício no elemento motivo, poderá ser revogado.

10. A finalidade traduz a idéia de que toda a atuação da Administração Pública deve visar o interesse público. Assim, a finalidade, enquanto elemento essencial à validade dos atos administrativos, relaciona-se com o princípio da:

- (A) Legalidade.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Moralidade.
- (D) Publicidade.



QUESTÕES REFERENTES AO CONTEÚDO DE CONHECIMENTOS GERAIS

11. Atualmente vemos em vários fóruns a discussão sobre a construção da hidroelétrica de Belo Monte. Em qual local do Brasil esta hidrelétrica poderá ser construída:

- (A) No Rio Xingú que fica na Região Norte do Estado do Paraná.
- (B) No Rio Xingú que fica na Região Norte do Estado da Paraíba.
- (C) Na Região Norte do Rio Xingú que fica no Estado do maranhão.
- (D) No Rio Xingú que fica no Estado do Pará.

12. A Copa do Mundo de 2010 será na África. Sobre o país sede é certo afirmar:

- (A) Seu nome oficial é República da África do Sul, tem três capitais (sendo a cidade de Pretória a Capital Executiva, a cidade de Bloemfontein a Capital Judiciária e a Cidade do Cabo a Capital Legislativa).
- (B) Seu nome oficial é Monarquia da África do Sul, a Cidade mais populosa é Joanesburgo. Nelson Mandela foi imperador por 10 anos deste reino.
- (C) O Regime do Apartheid encerrou em 2006 com a libertação de Nelson Mandela, líder da principal organização política negra denominada Congresso Nacional Africano (ANC).
- (D) Seu nome oficial é República da África do Sul, tem três capitais (sendo a cidade de Joanesburgo a Capital Executiva, a cidade de Pretória a Capital Judiciária e a cidade do Cairo a Capital Legislativa).

13. Dois homens têm se destacado no mundo pelos seus atos: um por ser o primeiro presidente americano de origem afro-descendente e o outro por combater o regime do Apartheid na África do Sul. Estes homens são, respectivamente:

- (A) Barack Hussein Obama e Barack Mandela
- (B) Nelson Obama Mandela e Barack Obama
- (C) Barack Hussein Obama e Nelson Mandela
- (D) Nelson Rodrigues e Barack Obama

14. Em Abril de 2009, um surto do vírus H1N1 matou mais de 100 pessoas no México. Este vírus é responsável por transmitir a:

- (A) Influenza em humanos que é um simples resfriado causando insuficiência renal, pancreática e hepática.
- (B) Influenza (gripe) em humanos.
- (C) Influenza em humanos que é uma gripe caracterizada por perda de cabelos e ateromas.
- (D) Insuficiência respiratória caracterizada por febre elevada, calafrios e presença de câncer do pulmão e câncer de pâncreas.



15. Nas eleições de 2006 no Brasil houve um recorde de governadoras eleitas. Estas mulheres e seus respectivos estados que governam, são:

- (A) Yeda Crusius (governadora do Rio Grande do Sul), Wilma de Faria (governadora do Rio Grande do Norte) e Ana Júlia Carepa (governadora do Pará).
- (B) Yeda Crusius (governadora do Rio Grande do Norte), Wilma de Faria (governadora do Rio Grande do Sul) e Ana Júlia Carepa (governadora do Paraná).
- (C) Yeda Crusius (governadora do Rio de Janeiro), Wilma de Faria (governadora do Rio Grande do Norte) e Ana Júlia Carepa (governadora do Pará).
- (D) Yeda Crusius (governadora do Rio Grande do Sul), Wilma de Faria (governadora do Rio de Janeiro) e Ana Júlia Carepa (governadora da Paraíba).

QUESTÕES REFERENTES AO CONTEÚDO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. A Resolução que normatiza registro de Diplomas nos Conselhos Regionais de Biomedicina é a:

- (A) Resolução N° 92 (Conselho Federal de Biomedicina), de 14 de Março de 2003.
- (B) Resolução N° 50 (Conselho Federal de Biomedicina), de 24 de Maio de 2000.
- (C) Resolução N° 33 (Conselho Federal de Biomedicina), de 23 de Setembro de 1999.
- (D) Resolução N° 139 (Conselho Federal de Biomedicina), de 04 de Abril de 2007.

17. A suspensão e o cancelamento da inscrição do profissional perante o Conselho Regional de Biomedicina em cuja jurisdição estiver inscrito, depende, dentre outros requisitos (Resolução N° 115 do CFBM de 25/11/2005):

- (A) Do interesse do profissional em se desvencilhar da profissão, que deixando de pagar o Conselho Regional de Biomedicina terá sua inscrição automaticamente cancelada.
- (B) Do interesse do Conselho Regional de Biomedicina, que enviará os documentos necessários aquele profissional inadimplente que terá a inscrição cancelada ou suspensão.
- (C) Da vontade do profissional que deverá apresentar requerimento expresso de cancelamento ou de suspensão de sua inscrição, em cujo documento deverá constar o nome completo, qualificação e endereço.
- (D) Do empregador, que deverá apresentar exposição de motivos para o pedido de cancelamento ou de suspensão de registro do profissional biomédico.



18. A Resolução nº 139 do CFBM, de 04 de abril de 2007, autoriza o Conselho Regional de Biomedicina, consignar na carteira profissional do biomédico:

- (A) a avaliação concernente à prova realizada junto ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação de Nível Médio e Fundamental.
- (B) a avaliação concernente à prova realizada junto ao Ministério da Saúde.
- (C) a avaliação concernente à prova realizada junto ao Exame Nacional de Desempenho de Técnicos em laboratório de Análises Radiológicas.
- (D) a avaliação concernente à prova realizada junto ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

19. Por meio da Resolução nº 141, de 13 de abril de 2007, o Conselho Federal de Biomedicina estabeleceu a Residência Biomédica e criou o Cadastro Nacional de Atualização da Residência Biomédica nos Conselhos Regionais. Dentro desse contexto é incorreto afirmar:

- (A) A resolução criou o Cadastro Nacional de Atualização da Residência Biomédica nos Conselhos Regionais com a finalidade de estabelecer os registros dos certificados de novas habilitações e atualização profissional.
- (B) Deverá ser emitido um certificado para cada área específica.
- (C) As Instituições de Ensino Superior emitirão os certificados e nestes deverá conter além da carga horária mínima de 500 (quinhentas) horas, a área desenvolvida e a qualificação do concluinte.
- (D) O título de Residência Biomédica poderá ser apenas reconhecido pelo Conselho Regional de Medicina.



20. Ainda em relação à Resolução N° 141 (Conselho Federal de Biomedicina), de 13 de Abril de 2007 que dispõe sobre a Residência Biomédica, marcar a alternativa que não se aplica a esta resolução:

- (A) Artigo 1° - Criar a Residência Biomédica.
- (B) Artigo 2° - Criar o Cadastro Nacional de Atualização da Residência Biomédica no Conselho Federal de Biomedicina com a finalidade precípua de estabelecer os Registros dos Diplomas das novas especialidades e Atualização Profissional previstos nesta Resolução.
- (C) Artigo 3° - Os Certificados serão emitidos pelas IES (Instituição de Ensino Superior), devendo conter além da carga horária mínima de 500 (quinhentas) horas, a área desenvolvida e a qualificação do concluinte.
- (D) Artigo 4° - Deverá ser emitido um certificado para cada área específica.

21. De acordo com a Resolução N° 1 do CFBM (27 de março de 1994), o biomédico que pretender exercer atividades em nova jurisdição deverá:

- (A) requerer expressamente sua transferência, que poderá ser em caráter temporário (até 12 meses) ou definitivo (acima de 12 meses).
- (B) requerer expressamente sua transferência em caráter temporário (até 2 meses) ou definitivo (acima de 2 meses).
- (C) requerer expressamente sua transferência sem fornecer Carteira e Cédula de Identidade Profissional para as devidas anotações.
- (D) requerer sua transferência sendo dispensável especificar se em caráter temporário ou definitivo.



22. Considerando a necessidade de definir as atribuições do profissional Biomédico que exerce a atividade docente nas Universidades e Faculdades, o Conselho Federal de Biomedicina, nos termos da Resolução nº 163/2008, resolveu:

- (A) que a Coordenação dos Cursos de Biomedicina nas respectivas Universidades e Faculdades, não são privativos dos profissionais Biomédicos, devidamente inscritos no seu respectivo Conselho Regional de Biomedicina.
- (B) que a Coordenação dos Cursos de Biomedicina nas respectivas Universidades e Faculdades podem ser exercidas em conjunto com outros profissionais da área de saúde.
- (C) que a Coordenação dos Cursos de Biomedicina nas respectivas Universidades e Faculdades, são privativos dos profissionais Biomédicos, devidamente inscritos no seu respectivo Conselho Regional de Biomedicina;
- (D) que a Coordenação dos Cursos de Biomedicina nas respectivas Universidades e Faculdades, são privativos dos profissionais Biomédicos, sendo desnecessária, no entanto, a sua inscrição no Conselho Regional de Biomedicina.

23. A Resolução do CFBM que dispõe sobre os débitos não quitados nos respectivos Conselhos Regionais de Biomedicina é:

- (A) Resolução N° 139 (Conselho Federal de Biomedicina), de 04 de abril de 2007.
- (B) Resolução N° 03 (Conselho Federal de Biomedicina), de 25 de Março de 1995.
- (C) Resolução nº 136 (Conselho Federal de Biomedicina), de 04 de Abril de 2007.
- (D) Resolução nº 33 (Conselho Federal de Biomedicina), de 23 de Setembro de 1999.



24. A resolução marcada corretamente na questão 23 resolve:

- (A) Determinar aos Senhores Presidentes dos Conselhos Regionais de Biomedicina, que promovam junto à unidade estadual do Banco Central do Brasil, o contrato, como utentes, de acesso ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados (CADIN), para que sejam inscritos os devedores de anuidades e taxas devidas ao Regional.
- (B) Determinar ao Senhor Presidente do Conselho Federal de Biomedicina, que promova junto à unidade estadual do Banco Central do Brasil, o contrato, como utentes, de acesso ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados (CADIN), para que sejam inscritos os devedores de anuidades e taxas devidas ao Regional.
- (C) Determinar aos Senhores Presidentes dos Conselhos Regionais de Biomedicina, que promovam junto à unidade estadual do Banco Central do Brasil, o contrato, como utentes, de acesso ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados (CADIN), para que haja isenção de anuidades e taxas devidas ao Conselho Federal de Biomedicina.
- (D) Determinar aos Senhores Presidentes dos Conselhos Regionais de Biomedicina, que promovam junto à unidade municipal do Banco Central do Brasil, o contrato, como utentes, de acesso ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados (CADIN), para que sejam inscritos os devedores de anuidades e taxas devidas ao Conselho Federal de Biomedicina.

25. Em relação à Resolução N° 123/2006 do CFBM, que dispõe sobre o pagamento de anuidade do Posto de coleta laboratorial, é correto afirmar:

- (A) O posto de coleta laboratorial localizado na mesma cidade em que estiver estabelecido o laboratório clínico ao qual está vinculado não está obrigado a pagar anuidade ao Conselho Regional de Biomedicina.
- (B) Fica estabelecido que o posto de coleta laboratorial terá que pagar anuidade equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da anuidade do Laboratório Clínico ao qual esteja vinculado.
- (C) O posto de coleta laboratorial localizado na mesma cidade em que estiver estabelecido o laboratório clínico ao qual está vinculado terá que pagar ao Conselho Regional de Biomedicina anuidade equivalente à 10% (dez por cento) do valor da anuidade;
- (D) O posto de coleta laboratorial localizado em cidade diferente da que estiver estabelecido o laboratório clínico ao qual está vinculado, terá que pagar ao Conselho Regional de Biomedicina anuidade integral.



26. A Resolução 126/2006 do CFBM considera que os conteúdos essenciais para o curso de graduação em Biomedicina devem estar relacionados com todo o processo saúde-doença da família e da comunidade. Conforme este enunciado, assinale a opção correta:

- (A) O profissional biomédico, para se inscrever nos Conselhos Regionais, deverá comprovar ter concluído o curso de Biomedicina com a duração da carga horária de 4.000 (quatro mil) horas.
- (B) O profissional biomédico, para se inscrever nos Conselhos Regionais, deverá comprovar ter concluído o curso de Biomedicina com o máximo de 4.500 (quatro mil e quinhentas) horas.
- (C) O profissional biomédico, para se inscrever nos Conselhos Regionais, não deverá comprovar ter concluído o curso de Biomedicina com o mínimo de 4.000 (quatro mil) horas.
- (D) O profissional biomédico, para se inscrever nos Conselhos Regionais, deverá apenas comprovar ter concluído o curso de Biomedicina com uma carga horária definida pela Instituição Superior de Ensino, inferior a 4.000 (quatro mil) horas.

27. A resolução 126/2006 do CFBM entrou em vigor:

- (A) Para ingressantes no Curso de Biomedicina a partir do ano de 2005.
- (B) Para ingressantes no Curso de Biomedicina a partir do ano de 2010.
- (C) Para ingressantes no Curso de Biomedicina a partir do ano de 2004.
- (D) Para ingressantes no Curso de Biomedicina a partir do ano de 2007.

28. A Resolução N° 50 do CFBM (24 de maio de 2000) dispõe:

- (A) Dispõe sobre a obrigatoriedade de isenção do pagamento das anuidades nos Conselhos Regionais de Biomedicina de Biomédicos com atividades simultâneas em mais de uma jurisdição.
- (B) Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro nos Conselhos Regionais de Biomedicina de Biomédicos com atividades simultâneas em mais de uma jurisdição.
- (C) Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro no Conselho Federal de Biomedicina de Biomédicos com atividades simultâneas em mais de uma jurisdição.
- (D) Dispõe sobre a obrigatoriedade de cancelamento ou suspensão do registro nos Conselhos Regionais de Biomedicina de Biomédicos com atividades simultâneas em mais de uma jurisdição.



- 29.** Sobre a Resolução N° 50 do CFBM (24 de maio de 2000) é correto afirmar:
- (A) Que o profissional deverá requerer sua inscrição no Conselho Regional de Biomedicina de cada jurisdição em que for exercer suas atividades, efetuando, inclusive, o pagamento das taxas de anuidades respectivas.
 - (B) Que o profissional deverá requerer sua inscrição no Conselho Federal de Biomedicina, efetuando, inclusive, o pagamento das taxas de anuidades respectivas.
 - (C) Que o profissional deverá requerer sua inscrição no Conselho Regional de Biomedicina de cada jurisdição em que for exercer suas atividades, com a isenção do pagamento das taxas de anuidades respectivas.
 - (D) Que o profissional deverá apenas requerer sua inscrição no Conselho Federal de Biomedicina com isenção temporária do pagamento das taxas de anuidades respectivas.
- 30.** A Resolução N° 50 do CFBM (24 de maio de 2000) admite:
- (A) O exercício de atividades profissionais biomédicas em apenas um município, pertencente a uma única jurisdição do Conselho Regional de Biomedicina.
 - (B) O exercício de atividades profissionais biomédicas em mais de um município, pertencente a uma única jurisdição do Conselho Federal de Biomedicina.
 - (C) O exercício de atividades profissionais biomédicas em mais de um município, mesmo que pertencentes à jurisdição de diferentes Conselhos Regionais de Biomedicina.
 - (D) O exercício de atividades profissionais biomédicas em dois municípios, pertencentes apenas à jurisdição de dois Conselhos Regionais de Biomedicina.
- 31.** A Resolução N° 115 do CFBM (25/11/2005) n o seu artigo 5 menciona que:
- (A) Deferido e homologado o pedido de suspensão, o CRBM suspenderá a inscrição da pessoa física ou o registro da pessoa jurídica, ficando o requerente obrigado a quitar o pagamento de anuidade durante o período de suspensão.
 - (B) Deferido e homologado o pedido de suspensão, o CRBM manterá a inscrição da pessoa física ou o registro da pessoa jurídica, ficando o requerente isento do pagamento de anuidade durante o período de suspensão.
 - (C) Deferido e homologado o pedido de suspensão, o CFBM não suspenderá a inscrição da pessoa física ou o registro da pessoa jurídica, ficando o requerente isento do pagamento de anuidade durante o período de suspensão.
 - (D) Deferido e homologado o pedido de suspensão, o CRBM suspenderá a inscrição da pessoa física ou o registro da pessoa jurídica, ficando o requerente isento do pagamento de anuidade durante o período de suspensão.



32. De acordo com a Resolução N° 1 do CFBM (27 de março de 1994), o biomédico que retornar ao Conselho Regional de Biomedicina onde já esteve inscrito deverá:

- (A) Requerer a devida transferência ao Conselho Regional de Biomedicina onde esteve atuando, ficando isento do pagamento de quaisquer taxas.
- (B) Requerer o seu reingresso no Conselho Regional de Biomedicina, pagando as taxas correspondentes (taxas de reingresso e 2ª via da Carteira de Identidade Profissional).
- (C) Requerer expressamente sua transferência, que poderá ser em caráter temporário (até 12 meses) ou definitivo (acima de 12 meses);
- (D) Requerer expressamente sua transferência em caráter temporário (até 2 meses) ou definitivo (acima de 2 meses).

33. A Resolução N° 115 do CFBM (25 de Novembro de 2005) no seu Artigo 1° menciona que:

- (A) Toda pessoa física poderá requerer o cancelamento ou suspensão de sua inscrição perante o Conselho Regional de Biomedicina, independentemente da jurisdição que estiver inscrita.
- (B) Toda pessoa física poderá requerer o cancelamento ou suspensão de sua inscrição perante o Conselho Regional de Biomedicina em cuja jurisdição estiver inscrita.
- (C) Toda pessoa física poderá requerer o cancelamento ou suspensão de sua inscrição perante apenas o Conselho Federal de Biomedicina.
- (D) Toda pessoa física poderá requerer o cancelamento ou suspensão de sua inscrição perante qualquer Conselho Regional de Biomedicina, independentemente da jurisdição que estiver inscrita.

34. A Resolução N° 33 do CFBM (23 de setembro de 1999) dispõe sobre:

- (A) Inscrição de débitos: anuidades e multas, em Dívida Ativa e dá outras providências.
- (B) Suspensão e cancelamento de registros de pessoas físicas e jurídicas.
- (C) O cadastro nacional de Residência Biomédica.
- (D) A carga horária mínima de 5.000 horas para o Curso de Biomedicina.



- 35.** A Resolução N° 33 do CFBM (23 de setembro de 1999) menciona no Artigo 6°:
- (A) Os Conselhos Regionais que, nos termos da Legislação invocada nesta Resolução, deixarem de proceder a cobrança de seus débitos, não sofrerão quaisquer punições.
 - (B) Os Conselhos Regionais que, nos termos da Legislação invocada nesta Resolução, deixarem de proceder a cobrança de seus débitos, poderão punir os biomédicos que estiverem inscritos em sua jurisdição.
 - (C) Os Conselhos Regionais que, nos termos da Legislação invocada nesta Resolução, deixarem de proceder a cobrança de seus débitos, poderão ser punidos na pessoa dos seus responsáveis.
 - (D) Os Conselhos Regionais que, nos termos da Legislação invocada nesta Resolução, deixarem de proceder a cobrança de seus débitos, poderão suspender e cancelar o registro de laboratórios inscritos em sua jurisdição.
- 36.** Em relação à Resolução N° 20 do CFBM (21 de Maio de 1998) dispõe que:
- (A) A inscrição definitiva para credenciamento do profissional biomédico junto aos Conselhos Regionais de Biomedicina terá a validade por 1 (um) ano, podendo ser renovada por igual período.
 - (B) A inscrição provisória para credenciamento do profissional biomédico junto aos Conselhos Regionais de Biomedicina terá a validade por 10 (dez) anos, podendo ser renovada por igual período.
 - (C) A inscrição provisória para credenciamento do profissional biomédico junto aos Conselhos Regionais de Biomedicina terá a validade apenas de 1 (um) mês, não podendo ser renovada por igual período.
 - (D) A inscrição provisória para credenciamento do profissional biomédico junto aos Conselhos Regionais de Biomedicina terá a validade por 1 (um) ano, podendo ser renovada por igual período.



- 37.** A Resolução N° 3 do CFBM (25 de Março de 1995) no seu Artigo 1° institui:
- (A) A inscrição provisória em todo Território Nacional, com validade de 12 (doze) meses, sem a necessidade de apresentar o certificado de colação de grau.
 - (B) A inscrição provisória em todo Território Nacional, com validade de 12 (doze) meses, mediante a apresentação do certificado de colação de grau.
 - (C) A inscrição provisória em todo Território Nacional, com validade de 24 (vinte e quatro) meses, mediante a apresentação do certificado de colação de grau.
 - (D) A inscrição provisória em todo Território Nacional, com validade de 12 (doze) meses, mediante a apresentação do certificado de conclusão do ensino fundamental.
- 38.** Ainda sobre a Resolução N° 3 do CFBM (25 de Março de 1995) é certo afirmar:
- (A) O prazo estipulado para a inscrição provisória poderá ser prorrogado por várias vezes, independentemente da expedição do diploma.
 - (B) O prazo estipulado para a inscrição provisória poderá ser prorrogado apenas uma vez, por períodos diferentes, independentemente da expedição do diploma.
 - (C) O prazo estipulado para a inscrição provisória poderá ser prorrogado apenas uma vez, por igual período, se restar demonstrado através de documento oficial da Faculdade, as razões da pendência para expedição do diploma.
 - (D) O prazo estipulado para a inscrição provisória não poderá ser prorrogado, sendo obrigatória a expedição do diploma.



- 39.** A Resolução N° 92 do CFBM (14 de Março de 2003) menciona em seu Artigo 2°:
- (A) Todas as denominações registradas pelas Instituições de Curso Superior nos Certificados ou Diplomas (a saber, Bacharel em Ciências Biológicas – Modalidade Médica, Bacharel em Biomedicina e Ciências Biomédicas), o Conselho Regional de Biomedicina deverá registrar os Certificados e Diplomas como: Curso de Medicina.
 - (B) Todas as denominações registradas pelas Instituições de Curso Superior nos Certificados ou Diplomas (a saber, Ciências Biológicas - Modalidade Médica e Ciências Biomédicas), o Conselho Regional de Biomedicina deverá registrar os Certificados e Diplomas como: Curso de Biomedicina.
 - (C) Todas as denominações registradas pelas Instituições de Curso Superior nos Certificados ou Diplomas (a saber, Ciências Biológicas - Modalidade Médica, Ciências Biológicas - Modalidade Biomédica, Bacharelado em Ciências Biomédicas, Bacharel em Ciências Biológicas – Modalidade Médica, Ciências Biológicas – Bacharelado Modalidade Médica, Bacharel em Biomedicina e Ciências Biomédicas), o Conselho Regional de Biomedicina deverá registrar os Certificados e Diplomas como: Curso de Biomedicina.
 - (D) Todas as denominações registradas pelas Instituições de Curso Superior nos Certificados ou Diplomas, o Conselho Federal de Biomedicina deverá registrar os Certificados e Diplomas como: Curso de Biomedicina.
- 40.** A Resolução N° 136 do CFBM (04 de Abril de 2007) em seu Artigo 2° menciona:
- (A) A inclusão do nome da pessoa jurídica ou do profissional no CADIN (Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados) far-se-á depois de ter sido o inadimplente comunicado, via AR, em número de cinco vezes (05), no endereço constante de seu cadastro no respectivo Conselho, após 100 (cem) dias da comunicação.
 - (B) Em caso de inadimplência, não há necessidade de inclusão do nome da pessoa jurídica ou do profissional no CADIN (Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados).
 - (C) A inclusão do nome da pessoa jurídica ou do profissional no CADIN (Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados) far-se-á sem aviso prévio ao inadimplente comunicado.
 - (D) A inclusão do nome da pessoa jurídica ou do profissional no CADIN (Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados) far-se-á, depois de ter sido o inadimplente comunicado, via AR, em número de uma vez (01), no endereço constante de seu cadastro no respectivo Conselho, após 75 (setenta e cinco) dias da comunicação.